

PEIXOTO, Anamaria Casasanta. **Educação no Brasil anos vinte.** São Paulo. Loyola, 1983. 180p.

*A obra, fruto de uma pesquisa sobre a história da educação de Minas Gerais no período de 1926-30, analisa a reforma educacional de autoria de Francisco Campos.*

*Fundamentando seu estudo na idéia de que a educação é uma atividade partícipe da organização da sociedade e deve ser considerada como parte integrante do contexto histórico-social que lhe é peculiar, pretende explicitar, ao nível da relação desejada, o significado dessa reforma para a sociedade mineira, na década de vinte, e a contribuição que esse Estado prestou à trajetória educacional brasileira.*

*Segundo Carlos Roberto Jamil Cury, que prefaciou o livro, este adquire relevo porque "responde a um profundo anseio de conhecimento, de recuperação de memória que se instaurou em todos nós quando percebemos a importância do registro de documentos. Essa importância não é dada exclusivamente pela preservação da memória dos que ajudaram a fazer a História. Mais que tudo é importante como momento de balanço de uma herança cujos efeitos ainda hoje não cessaram".*

*O trabalho se apresenta estruturado em duas partes. Na primeira, denominada "O Contexto Histórico", a autora discorre sobre a crise institucional que atingiu o país. na segunda década deste século, caracterizada pela busca de novas bases e diretrizes para controlar a política de industrialização, mantendo a hegemonia.*

*O Brasil passa então, de uma economia agrário-exportadora para uma economia urbano-industrial, com a expansão do seu mercado interno.*

*No que diz respeito à classe proletária brasileira, vivendo com baixa remuneração, sem assistência médica, repouso remunerado, indenização*

*e férias, surgem sinais de descontentamento face à exploração de mão-de-obra exercida pela burguesia industrial. Os operários de empresas com mais de 100 empregados representam, nesse período, 69,9% da mão-de-obra da indústria nacional, e as péssimas condições de vida e de trabalho desse proletariado estendem-se também às inúmeras pequenas indústrias existentes no país.*

*Ao nível das classes médias, ocorre a adesão às idéias liberais democráticas veiculadas pela burguesia industrial, na expectativa de terem acesso ao poder e conquistarem seu espaço político.*

*Revela o estudo que, a partir da primeira década do século vinte, o problema da educação popular ganha predominância devido à onda de nacionalismo que domina o país, ameaçado pela infiltração estrangeira e por uma imagem comprometida, no exterior, pela divulgação de uma pesquisa que o aponta como detentor da mais alta taxa de analfabetismo em todo o mundo. Assim, a ideologia liberal promove a escola como um direito inalienável de todos os cidadãos e, como via de consequência, a educação fundamental passa a ter uma importância determinada para o progresso da sociedade burguesa.*

*Prosseguindo, a autora traça um perfil do posicionamento de Minas Gerais no cenário político-econômico da Nação, na década de vinte, demonstrando a sua dependência econômica em razão da heterogeneidade que apresenta, tanto do ponto de vista geográfico quanto do setor produtivo. Todavia, graças a seu prestígio como unidade política, consegue manter, ao lado da mais rica unidade da Federação, a hegemonia no controle do processo político do país, proporcionando ao Presidente da República o apoio e a legitimidade necessários ao funcionamento do sistema federativo.*

*Minas, nesse período, remete sua preocupação para a abordagem técnico-pedagógica do sistema escolar, ao mesmo tempo em que enfrenta as*

*difficultades geradas pela incompatibilidade dos interesses dos cafeicultores com o Estado.*

*A partir de 1926, com a ascensão de Antonio Carlos Ribeiro de Andrada ao governo do Estado, instala-se uma nova linha de conduta política, a qual, não obstante assegure os fundamentos do regime, apóia-se na modernização visando à recuperação de um regime político prestes a romper com a estabilidade social.*

*Destaca a autora, ao explicitar a natureza desse programa de governo, a ênfase empregada nas mudanças a nível das superestruturas, no empenho de ajustá-las às novas condições infra-estruturais surgidas com o avanço industrial.*

*O governo, ciente de que é preciso manter as camadas populares sob a tutela da elite dominante, preconiza a renovação do aparelho político do Estado, defendendo a democracia como o regime político por excelência. Com este propósito, afirma Antonio Carlos: "A democracia é um sistema que tem na justiça seu corolário. Justiça significa o respeito aos direitos inerentes ao cidadão. Entre estes direitos, destaca-se o direito à liberdade, compreendida esta dentro da lei. A liberdade deve ser a matriz a partir da qual se edificarão os órgãos que constituem o governo. Para o exercício da liberdade, é fundamental o direito ao voto, suprema expressão da soberania popular, fonte e instrumento de legitimação do poder".*

*Fiel à sua plataforma, o governo de Minas assume a problemática do analfabetismo, por defender o voto como instrumento necessário à sobrevivência do regime democrático, o que, em ampla medida, contempla não só a expansão do sistema educacional mas também a melhoria de sua qualidade.*

*Finalizando a primeira parte, a autora destaca a fundamental importância de Francisco Campos, uma das mais brilhantes personalidades públicas do Brasil, nos anos trinta, para a educação mineira.*

*Seu pensamento autoritário, porém reformista, vai lutar com "métodos e processos" para reconstruir as estruturas sociais, modernizando-as. No entanto, salienta a autora, essa ação modernizadora reveste-se de total conservadorismo, na medida em que revela completa fidelidade às elites do poder.*

*A obra, em sua segunda parte, sob o título "A Reforma do Ensino Primário e Normal", apresenta, inicialmente, os pressupostos que sustentam a reforma de ensino realizada por Francisco Campos.*

*Filiado ao pensamento de John Dewey, acredita que a escola reflete e condiciona o meio social a que pertence, e, em decorrência, o sistema escolar passa a ter o caráter de instrumento de reconstrução social.*

*Afirma Francisco Campos, em seu discurso de posse na Secretaria dos Negócios do Interior, ao adotar uma postura de velada crítica ao sistema escolar mineiro: "Organizar a instrução primária em moldes simples e concisos, de modo a aumentar o seu coeficiente de rendimento útil e a facilitar e incrementar a sua intensa difusão, tornando-a presente e eficaz em todo o território do Estado, cuja área deve tender, o mais rapidamente que for possível, a coincidir com a sua área geográfica, incorporando, assim, os benefícios da civilização à densa e compacta massa de analfabetos, transformando-os em outros tantos instrumentos de produção de bens econômicos e espirituais; aí está uma urgente e imperativa exigência, não somente da nossa vocação democrática, como dos interesses fundamentais da circulação e incremento da riqueza coletiva".*

*A seguir, a autora focaliza alguns aspectos de significado político, sociológico e pedagógico, que conduzem a uma avaliação do grau de importância e da forma como foi conduzido o problema da escolaridade, em Minas, durante o governo Antonio Carlos.*

*Quanto aos documentos produzidos para a legalização da reforma, "foram emitidos sob a forma de decreto-lei, o que dispensou sua tramitação no legislativo". A oficialização do novo sistema escolar provoca reações nos setores mais tradicionais da sociedade mineira, máxime na Igreja*

*Católica. As características desse sistema escolar são: a) a ação do Estado no sentido de assumir o controle e a execução do processo de integração social das novas gerações; e b) a visão da educação como sendo um problema essencialmente relacionado às condições internas da escola.*

*No que respeita à escola primária pública, ela passa a ser leiga, gratuita e obrigatória na faixa dos 7 aos 14 anos.*

*Para Francisco Campos, o problema da educação se limita a "uma questão de organização escolar adequada". Por isso sua reforma zela pela institucionalização de um novo modelo que aprimore a ação educativa, da qual o aluno é o elemento basilar.*

*Nessa perspectiva, são estabelecidos os princípios que irão pautar a nova organização, a saber: os métodos, os programas de ensino e o professor. Entretanto, métodos e programas só serão considerados eficientes se utilizados por professores bem preparados.*

*Reconhecida a importância do professor na implementação do novo modelo, o governo passa a defender a sua profissionalização e promove a reforma do ensino normal, que prevê a instituição do magistério como carreira regular e o aperfeiçoamento constante do professor.*

*Conforme a autora, a formação profissional, especificamente, é realizada nos cursos de Aplicação, última etapa do esquema de formação do professor previsto por Campos, que compreende três cursos e tem a duração de sete anos. No elenco de disciplinas do curso de caráter estritamente profissional, ocupa posição de destaque a Psicologia Educacional, reflexo do movimento escolanovista.*

*O sistema de ensino sofre a intervenção direta e total do governo que, através do Regulamento do Ensino Primário, estabelece uma série de normas de natureza administrativa e pedagógica. Constituem exemplo desse controle excessivo não só as condições impostas para a construção e o equipamento de prédios escolares como os serviços e atividades rela-*

*cionados à atividade escolar. Até mesmo o trabalho do professor em sala de aula segue um ritual estabelecido.*

*A tentativa de cercar o processo educativo em seus mínimos detalhes inclui assistência médica, dentária, merenda, material escolar, roupas e sapatos para os alunos.*

*Para ela, a valorização do formalismo, ainda que sob o espectro da eficiência e da modernização, reflete a influência do taylorismo americano, que aplicado à educação, relega o professor a um simples provedor de meios e executor de rituais preestabelecidos, cabendo ao Estado o planejamento e o controle do processo educacional.*

*O Congresso de Instrução Pública realizado em Belo Horizonte, em 1927, serve de palco para a divulgação das diretrizes essenciais da reforma projetada pelo governo. Na ocasião, Campos enfatiza a atuação do professorado na construção da escola primária, uma vez que competência, experiência e devotamento serão determinantes para a concretização do que se propõe o governo mineiro.*

*No tocante à formação de recursos humanos, registra a autora a vinda ao Estado de um grupo europeu de especialistas em educação, assim como a ida de professores mineiros aos Estados Unidos, com o objetivo de aperfeiçoamento nos novos métodos de ensino.*

*Esse grupo de pedagogos europeus veio atender à necessidade surgida com a criação da Escola de Aperfeiçoamento, de uma instituição que se incumbisse de testar as idéias transplantadas da Europa e dos Estados Unidos, e de treinar elementos capazes de orientar e avaliar a sua implantação nas escolas. Fizeram parte dessa comissão: Theodore Simon (da Universidade de Paris e auxiliar de Binet), Jeanne Louise Milde (da Academia de Artes de Bruxelas), Leon Walter e Artus Perrelet (do Instituto Jean-Jacques Rousseau de Genebra). Em substituição a Leon Walter, une-se ao grupo Hélène Antipoff, do mesmo Instituto e assistente de Claparède.*

*Baseados em Dewey. Kilpatrick, Decroly e Claparède, privilegiam a psicologia aplicada, a padronização de alunos e as diferenças individuais*

*no processo de aprendizagem coletiva, tendo como ponto convergente a educação enquanto processo. Atesta a autora que, apesar do prestígio da Escola de Aperfeiçoamento esta encontra dificuldades de aceitação por parte da comunidade e do clero, que temem os efeitos que o afastamento do lar pode causar àquelas professoras vindas do interior para se aperfeiçoar.*

*No entanto, como resultado quantitativo, no período de 1926 a 1930, a Escola Normal apresenta um crescimento de 950%, enquanto o ensino primário ganha uma taxa de crescimento de 179%, e o ensino secundário de 200%*

*Observa a autora que, a partir de 1930, com a sucessão de Antonio Carlos, há grande preocupação com o aspecto ideológico do sistema educacional, e, em razão disso, é estimulado o interesse pela educação física e pelas atividades de grêmios estudantis, bem como o bandeirantismo e o escotismo. O governo cria, através de decretos, comissões de combate*

*ao comunismo, cuja atribuição é "formular sugestões para a maior eficiência do ensino cívico e do combate ao comunismo em todas as escolas do Estado de Minas Gerais".*

*A oscilação da política educacional, então, leva a um retrocesso do sistema escolar, do ponto de vista das condições efetivas para o bom funcionamento do ensino, conforme o demonstra o Decreto nº 9.892, "para meros efeitos econômicos", que reduz o ordenado de grande número de professores e anula os critérios estabelecidos pelo governo anterior com referência a provimento e benefícios na carreira do magistério.*

*Anamaria Casasanta Peixoto conclui, ao encerrar seu estudo, que a reforma educacional do governo Antonio Carlos, de autoria de Francisco Campos, constitui "um movimento intervencionista do Estado Mineiro, necessário para o equilíbrio social a fim de garantir a continuidade da estrutura econômica". (Maria Tereza Piancastelli de Siqueira)*